



Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da Administração.....	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais.....	9

• Demonstrações financeiras individuais

Balanço patrimonial.....	14
Balanço patrimonial.....	15
Demonstrações do resultado.....	16
Demonstrações do resultado abrangente.....	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19

• Notas explicativas

1. Contexto operacional.....	21
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras.....	21
3. Principais práticas contábeis.....	26
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	31
5. Ativos financeiros.....	31
6. Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito.....	37
7. Outros ativos e passivos.....	40
8. Investimentos.....	42
9. Imobilizado.....	42
10. Intangível.....	44
11. Passivos financeiros ao custo amortizado.....	44
12. Tributos.....	47
13. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros.....	49
14. Patrimônio líquido.....	51
15. Despesas de pessoal.....	52
16. Outras despesas administrativas.....	53
17. Outras receitas.....	53
18. Outras despesas.....	54
19. Partes relacionadas.....	54
20. Estrutura de gerenciamento de riscos.....	55
21. Suficiência de capital.....	59
22. Informações complementares.....	60
23. Eventos subsequentes.....	61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Essas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação societária vigente, e em conformidade com as normas e instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A economia brasileira apresentou crescimento mais moderado ao longo de 2025, após o ritmo mais robusto observado nos anos anteriores. O avanço estimado do PIB em torno de 2,1% no acumulado do ano reflete um processo de acomodação da demanda doméstica em ambiente de condições financeiras mais restritivas, com moderação mais evidente nos segmentos sensíveis ao crédito.

No cenário inflacionário, o processo de desinflação mostrou-se mais lento do que o inicialmente esperado. A inflação de serviços permaneceu pressionada ao longo do ano, enquanto alimentos voltaram a apresentar maior volatilidade em função de fatores climáticos e ajustes de oferta. Esse comportamento manteve os núcleos em patamar elevado, com o IPCA encerrando o ano em 4,26%.

Diante da persistência inflacionária e da necessidade de assegurar a convergência das expectativas, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa Selic em 15,00% ao final de 2025, reforçando a sinalização de permanência em território restritivo por período prolongado, até que os efeitos defasados do aperto se consolidassem sobre atividade e preços.

A conta corrente ficou deficitária, mas o país seguiu com financiamento confortável. O déficit em transações correntes refletiu principalmente gastos líquidos em serviços e renda primária; por outro lado, a balança comercial superavitária foi o principal amortecedor do resultado externo. Além disso, os fluxos de Investimento Direto no País (IDP) permaneceram robustos e ajudaram a financiar o déficit sem depender excessivamente de capital de portfólio. Nesse contexto, somado ao diferencial de juros ainda elevado, o real se apreciou frente ao dólar na comparação anual, refletindo melhora relativa do fluxo cambial ao longo do ano, encerrando em R\$5,63.

Para 2026, o cenário macroeconômico aponta para desaceleração adicional da atividade, com projeção de crescimento de 1,7%, e trajetória inflacionária mais favorável, com IPCA estimado em 3,7%. A política monetária deve iniciar o ciclo de flexibilização na reunião de março, com a Selic convergindo para 12% ao final do ano. No ambiente externo, projetamos superávit comercial relevante (US\$ 68,4 bilhões) e taxa de câmbio em torno de R\$ 5,35 ao fim de 2026, refletindo diferencial de juros ainda elevado e continuidade dos fluxos de investimento direto. No segundo semestre, o calendário eleitoral pode gerar maior oscilação pontual nos mercados domésticos, movimento típico desse período e já considerado em nossas projeções para 2027.

No Original

O Banco Original é controlado pela holding J&F Participações S.A., pertencente ao maior grupo empresarial do Brasil, com atuação desde 1953 e com presença em mais de 20 países, empregando cerca de 300 mil colaboradores. O Grupo J&F controla um portfólio diversificado de empresas em diferentes setores, entre eles, o Banco Original, com atuação consolidada como Banco de Atacado reconhecido por sua solidez, oferecendo soluções financeiras ágeis e eficazes.

Desde julho de 2023, o foco do Banco Original está direcionado exclusivamente às operações de Atacado, com atendimento a clientes dos segmentos de Agronegócio, Corporate e Middle.

Pilares de Crescimento

Agronegócio: Desde o início de suas operações, a instituição atua no segmento do agronegócio, oferecendo soluções financeiras personalizadas para empresas e produtores rurais envolvidos nas principais atividades do setor, como algodão, café, milho, soja e entre outros. O foco está no atendimento a clientes com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões, sempre em busca da excelência nos serviços prestados.

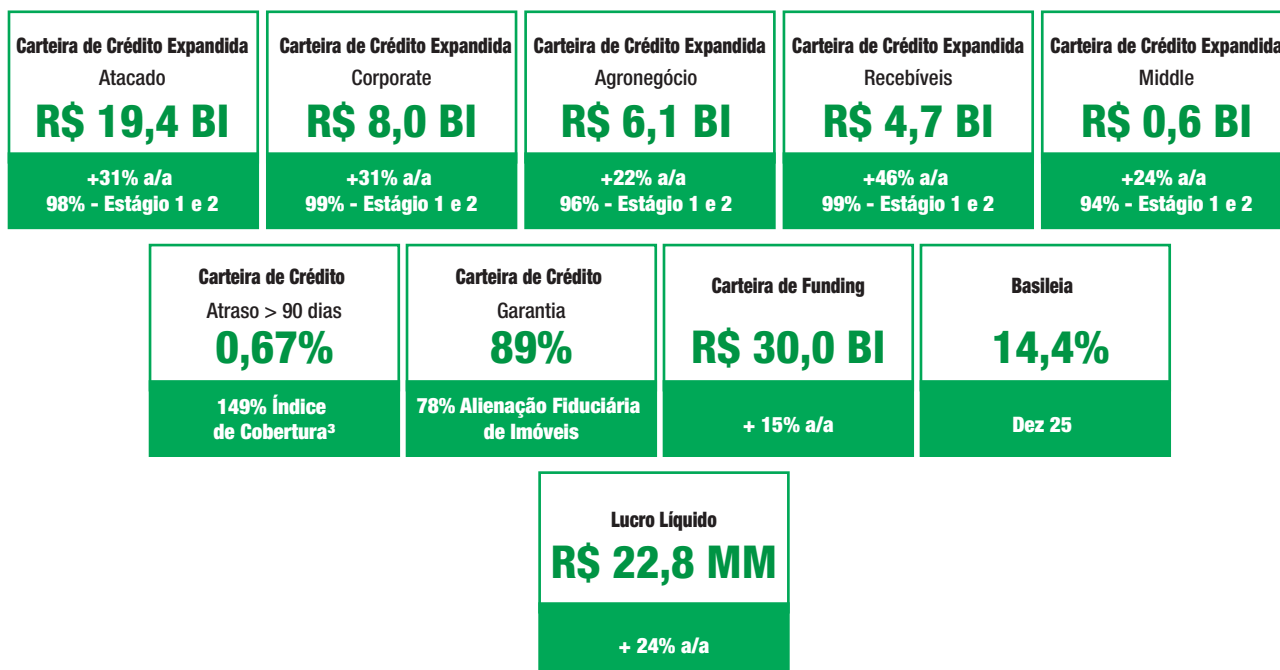
Corporate: Em 2013, foi lançado o segmento Corporate, que abrange empresas com faturamento anual a partir de R\$ 500 milhões, suportando grandes grupos econômicos e oferecendo soluções especialmente desenvolvidas para apoiar o crescimento e a expansão dos clientes.

Middle: Em 2022, foi dado início ao reforço do time do Middle com foco no atendimento a empresas com faturamento entre R\$ 50 e R\$ 500 milhões. O modelo de atuação é pautado em um relacionamento próximo com clientes Pessoas Jurídicas, por meio de um atendimento diferenciado, conduzido por gerentes especialistas.

Os produtos e serviços oferecidos pelo Banco Original estão alinhados às suas principais fontes de receitas e às necessidades dos clientes do segmento de Atacado, sendo compostos, principalmente, por empréstimos, fianças, derivativos, câmbio, compra de recebíveis, trade finance, captação de recursos, seguros e operações estruturadas.

Destaques Financeiros

Com o objetivo de suportar e expandir as operações da instituição, os acionistas realizaram aportes de capital no Banco Original no valor de R\$ 650 milhões ao longo do ano de 2025. Esses recursos tiveram como objetivo fortalecer a estrutura financeira do Banco, impulsionar a implementação de projetos estratégicos e garantir a continuidade do crescimento sustentável ao longo do exercício, refletido na expansão da carteira e na consolidação do modelo de negócios. A decisão reflete a confiança dos acionistas no potencial de expansão dos negócios e na solidez da instituição.



Carteira de Crédito

A carteira de crédito expandida encerrou 2025 com saldo de R\$ 20,7 bilhões, com destaque para o segmento de Atacado, que atingiu R\$ 19,4 bilhões, representando 94% do total da carteira, com crescimento de 31% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete a elevada qualidade da carteira, com índice de inadimplência superior a 90 dias em 0,67%, apurado conforme os critérios da Resolução nº 4.966/21 do Banco Central.

Em comparação a 2024, a carteira de crédito do Agronegócio apresentou crescimento de 22%, enquanto o segmento Corporate registrou expansão de 31% e a carteira Middle avançou 24% no mesmo período. Em sentido oposto, a carteira de Varejo retraiu 57% em relação a dezembro de 2024, refletindo o reposicionamento estratégico da instituição como um banco com atuação exclusivamente voltada ao segmento de Atacado.

O prazo médio da carteira de ativos fechou o ano em 419 dias, refletindo a estratégia da instituição focada na segurança e na eficiência na alocação de recursos. A abordagem conservadora e orientada à performance também se reflete no Índice de Basileia, que alcançou 14,4% no final do período.

Em conformidade com a Resolução nº 4.966/21 do Banco Central, ao final de 2025, 92% das operações de crédito estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual ainda impactado pela carteira de Varejo, integralmente provisionada. Considerando exclusivamente as operações de Atacado, 98% estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual alinhado aos 89% das operações com garantias vigentes nos segmentos Corporate, Agronegócio e Middle.

Carteira de Captação

A carteira de captação encerrou 2025 com saldo de R\$ 30 bilhões, representando um crescimento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 37% foram originados por meio de operações incentivadas (LCA e LCI), o que contribuiu para a redução do custo médio de captação e para o fortalecimento da competitividade no mercado.

O prazo médio da carteira de passivos foi de 522 dias, evidenciando a eficiência da instituição na gestão de ativos e passivos.

Resultado Líquido

Concluimos 2025 com lucro líquido de R\$ 22,8 milhões, um resultado positivo mesmo diante dos desafios enfrentados após mudanças estratégicas, reestruturações e ajustes operacionais.

Agradecimentos

O reconhecimento vai aos clientes e parceiros, cuja confiança e apoio têm sido fundamentais para a continuidade das operações e a consolidação dos resultados. Também se destaca a contribuição dos 359 colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são determinantes para o desempenho e a evolução da instituição.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão estatutário com reporte ao Conselho de Administração (Conselho) e sua composição conta com dois membros externos independentes e um membro interno, em conformidade com o que estabelece a resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração executiva, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A estrutura de auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e é supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes no exercício findo em 2025, realizando 79 (setenta e nove) reuniões. Destas, 11 (onze) com a Auditoria Interna, 2 (duas) com a empresa de auditoria independente, 11 (onze) com a Contabilidade e Controladoria e 55 (cinquenta e cinco) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Nenhuma recomendação foi emitida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas no período findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

O Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 6.C.2, “Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

O Banco tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 1.395.373 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e conseqüentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; **(v)** recálculo aritmético das provisões e **(vii)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 12c, “Composição dos ativos diferidos”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía o montante de R\$ 3.711.875 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende que é provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução nº 3.059/02 alterada pela Resolução nº 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pelo Banco referente a Nota Explicativa nº 12c das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das Demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatórios de auditoria datado em 31 de março de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Bancos autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nota 31/12/2025

Ativo		
Disponibilidades		8.579
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.851.500
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	2.622.248
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	229.252
Ativos financeiros ao custo amortizado		24.577.168
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	4.234.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	1.046.356
Operações de crédito	6.a	9.636.777
Outras operações com características de concessão de crédito	6.b	8.478.124
Outros ativos financeiros	7.a	1.181.404
Tributos		3.735.117
Correntes	12.b	23.242
Diferidos	12.c	3.711.875
Outros ativos	7.b	651.348
Investimentos em coligadas e controladas	8.a	271.663
Imobilizado	9.a	3.475
Intangível	10.a	7.719
Total do Ativo		<u>32.106.569</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nota 31/12/2025

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivos financeiros ao custo amortizado		29.682.173
Depósitos	11.a	17.096.007
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.b	11.180.089
Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação	11.c	1.389.552
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.d	16.221
Outros passivos financeiros	7.c	304
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		201.762
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	201.762
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	13.a	276.734
Tributos		50.989
Correntes	12.d	8.295
Diferidos	12.e	42.694
Outros passivos	7.d	91.541
Patrimônio líquido		1.803.370
Capital Social	14.a	1.656.534
Reservas de Lucros	14.b	10.894
Outros Resultados Abrangentes	14.d	135.942
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>32.106.569</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		2.150.511	4.159.734
Rendas de operações de crédito	6.d	1.292.505	1.885.011
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	172.324	336.979
Rendas com títulos e valores mobiliários	5.2.c	627.043	1.127.916
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.3.c	57.358	807.226
Rendas de outras operações com características de crédito	6.e	1.281	2.602
Despesas da intermediação financeira		(1.917.793)	(3.787.358)
Despesas de captação	11.e	(1.914.738)	(4.016.250)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.f	(3.055)	228.892
Resultado bruto da intermediação financeira		232.718	372.376
Resultado das provisões para perdas		182.712	285.161
Provisão para risco de crédito		170.209	256.052
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		12.503	29.109
Receitas/(despesas) operacionais		(375.547)	(588.910)
Receitas de prestação de serviços		16.400	23.980
Receitas de tarifas bancárias		3.579	5.948
Despesas de pessoal	15	(100.577)	(191.051)
Outras despesas administrativas	16	(171.787)	(346.458)
Despesas tributárias	12.h	(15.123)	(25.430)
Resultado de participações em controladas e coligadas	7.d.1	15.441	20.845
Outras receitas	17	65.000	170.377
Outras despesas	18	(188.480)	(247.121)
Resultado antes dos tributos e participações	19	39.883	68.627
Imposto de renda e contribuição social	12	(6.866)	(10.185)
Provisão para imposto de renda		(6.831)	14.507
Provisão para contribuição social		(5.463)	11.606
Ativo fiscal diferido		5.428	(36.298)
Participação nos lucros		(22.123)	(35.619)
Resultado líquido		10.894	22.823
Resultado básico por ação em Reais			
Ação preferencial		0,03	0,05
Ação ordinária		0,01	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido	10.894	22.823
<i>Hedge</i>		
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	5.467	28.352
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		
Varição de Valor Justo	1.690	(22.402)
Outros		
Coligada	60.190	114.752
Outros	(38)	59
Total de Outros Resultados Abrangentes	67.309	120.761
Total do Resultado Abrangente	78.203	143.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 30 de junho de 2025	5.360.001	–	68.633	(4.073.467)	1.355.167
Aumento/Redução de capital	(3.703.467)	–	–	4.073.467	370.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	–	–	67.309	–	67.309
Lucro Líquido	–	–	–	10.894	10.894
Destinações					
Reserva Legal	–	545	–	(545)	–
Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	–	2.587	–	(2.587)	–
Reserva Estatutária	–	7.762	–	(7.762)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.656.534	10.894	135.942	–	1.803.370
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.080.001	–	411	(3.349.649)	1.730.763
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	–	–	14.770	(735.747)	(720.977)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	5.080.001	–	15.181	(4.085.396)	1.009.786
Aumento/Redução de capital	(3.423.467)	–	–	4.085.396	661.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	–	–	120.761	–	120.761
Lucro Líquido	–	–	–	22.823	22.823
Destinações					
Absorção de Prejuízos Acumulados	–	–	–	(11.929)	(11.929)
Reserva Legal	–	545	–	(545)	–
Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	–	2.587	–	(2.587)	–
Reserva Estatutária	–	7.762	–	(7.762)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.656.534	10.894	135.942	–	1.803.370

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado	(25.538)	527.430
Lucro Líquido	10.894	22.823
Ajustes ao Lucro Líquido:	(36.432)	504.607
Perdas de Crédito Esperadas	(170.209)	(256.052)
Resultado de juros e ajuste ao valor justo de operações com dívida subordinada	85.212	438.344
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	87.105	102.552
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia	(1.447)	(2.910)
Tributos Diferidos	10.121	9.367
Depreciação e amortização	6.381	17.257
(Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	(12.405)	(20.956)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	(1.241)	2.027
Resultado de Participações em Controladas	(15.441)	(20.845)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.824)	(631)
Variação cambial de ativos e passivos	(22.684)	236.454
Variação de Ativos e Passivos	(3.281.478)	(4.731.094)
(Aumento)/Redução em Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(351.254)	(345.928)
Títulos e Valores Mobiliários	3.538.303	1.124.588
Derivativos (Ativos/Passivos)	176.616	(89.511)
Outros ativos financeiros	228.595	(109.660)
Operações com Característica de Concessão de Crédito	(3.667.670)	(6.037.279)
Ativos Fiscais	1.207	(1.146)
Outros Ativos	(9.249)	(82.661)
(Redução)/Aumento em Passivos		
Depósitos	(2.661.053)	883.065
Captações no Mercado Aberto	(500.000)	–
Obrigações Fiscais	1.375	(5.156)
Outros Passivos	(38.348)	(67.406)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	(3.307.016)	(4.203.664)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
(Aquisição)/Alienação de Investimentos	(1.320)	(4.085)
(Aquisição)/Alienação de Imobilizados	(594)	20.453
(Aquisição)/Alienação de Intangíveis	(5.321)	(7.188)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	(7.235)	9.180
Aumento/(Redução) de capital	370.000	650.000
Instrumentos de Dívida elegíveis a capital	2.864.613	3.431.111
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	3.234.613	4.081.111
Aumento/(Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(79.638)	(113.373)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	156.815	191.743
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	1.824	631
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	79.001	79.001
Disponibilidades	8.579	8.579
Aplicações em moedas estrangeiras	70.422	70.422
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(79.638)</u>	<u>(113.373)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP. O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança.

As demonstrações financeiras do Banco Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco Original passou a adotar as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, que redefinem os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, abrangendo a forma de classificação, mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas. As alterações resultantes dessas novas práticas foram aplicadas de forma prospectiva a partir da data de adoção inicial. Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco decidiu não rerepresentar as informações comparativas referentes aos períodos anteriores em suas demonstrações financeiras do exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

Os efeitos decorrentes da adoção inicial foram registrados diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, já considerando os impactos fiscais. Os ajustes de ganhos e perdas anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido, por meio da conta de Outros Resultados Abrangentes (ORA), foram incorporados ao valor contábil dos ativos na data de transição (1º de janeiro de 2025), exceto para instrumentos financeiros sujeitos à contabilidade de hedge e à mensuração ao valor presente em operações reestruturadas, cujas exigibilidades se iniciarão a partir de 1º de janeiro de 2027.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe mudanças significativas na classificação e na mensuração de ativos financeiros, substituindo as categorias anteriores - “Negociação”, “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” - por três novas classificações aplicáveis a todos os ativos financeiros: **Custo Amortizado (CA)**: destinada a ativos mantidos com o propósito de receber exclusivamente os fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros). Esta categoria engloba ativos anteriormente classificados como

“Mantidos até o Vencimento”, parte dos “Disponíveis para Venda”, operações de crédito e outros créditos. **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**: destinada a ativos financeiros mantidos com objetivos mistos de recebimento de fluxos contratuais e venda. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Original não possuía ativos classificados nesta categoria. **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**: aplicável a ativos que não se enquadram nas demais categorias, como derivativos, instrumentos patrimoniais e ativos anteriormente registrados como “Negociação”. A definição da categoria adequada para cada ativo considera dois critérios: **Modelo de negócios**: reflete a forma como os instrumentos financeiros são administrados para gerar resultados operacionais e fluxos de caixa, independentemente da intenção específica sobre cada ativo. **Características dos fluxos de caixa**: os pagamentos precisam ser, exclusivamente, de principal e juros para que o ativo seja classificado no CA ou VJORA. Os passivos financeiros permanecem sendo mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos derivativos, que são registrados a valor justo por meio do resultado. Os ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método dos juros efetivos para cálculo de receitas ou despesas financeiras, considerando os custos de transação relevantes. Para operações classificadas no CA que apresentam características de concessão de crédito, foi adotada metodologia específica para o reconhecimento das receitas e despesas correspondentes.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

O novo modelo de provisão para perdas esperadas, conforme exigido pela Resolução CMN nº 4.966/21, é fundamentado em informações prospectivas e estabelece três estágios para a mensuração:

Estágio 1: aplica-se a instrumentos que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Nestes casos, estima-se a perda esperada para os próximos 12 meses. O Banco optou por não adotar a faculdade de considerar a perda esperada ao longo da vida nessas situações.

Estágio 2: refere-se a ativos cujo risco de crédito aumentou de forma significativa desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada considerando todo o prazo de vida do instrumento.

Estágio 3: abrange ativos com evidência objetiva de deterioração de crédito, como atrasos superiores a 90 dias ou outros sinais de inadimplência. Nessa etapa, o reconhecimento de receita de juros é feito com base no regime de caixa.

Os instrumentos podem migrar entre os estágios conforme a evolução do risco de crédito. Visando proporcionar maior clareza e transparência na leitura das demonstrações financeiras individuais, foram incorporadas informações complementares ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apresentando os saldos de 31 de dezembro de 2024 ajustados de acordo com os novos critérios contábeis adotados.

Mais detalhes sobre os impactos da adoção das novas normas estão apresentados nas seções seguintes.

	31/12/2024	Impactos Resolução CMN 4.966/21	Classifi- cação	01/01/2025 Saldo reclassificado
Ativo				
Disponibilidades	191.743	–		191.743
Aplicações interfinanceiras de liquidez	639.644	(3)	CA	639.641
Títulos e valores mobiliários	7.954.475	26.868		7.981.343
Títulos para negociação	1.958.654	41.851	VJR	2.000.505
Títulos disponíveis para venda	3.520.136	(3.520.136)		–
Títulos mantidos até o vencimento	2.475.685	3.506.448	CA	5.982.133
(Provisão para perda de crédito esperada)	–	(1.295)		(1.295)
Derivativos	212.828	–	VJR	212.828
Relações interfinanceiras	966.339	(135)	CA	966.204
Carteira de crédito	13.610.355	(1.338.378)		12.271.977
Operações de crédito	11.341.047	15	CA	11.341.062
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.817.316	–	CA	3.817.316
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.548.008)	(1.338.393)		(2.886.401)
Outros ativos financeiros	13.340	90.829		104.169
Ativos fiscais	3.148.702	601.975		3.750.677
Investimentos	131.981	(3.329)		128.652
Imobilizado	30.710	–		30.710
Intangível	11.006	–		11.006
Outros ativos	644.832	(90.845)		553.987
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(4.230)	–		(4.230)
Total do ativo	<u>27.551.725</u>	<u>(713.018)</u>		<u>26.838.707</u>
Passivo e patrimônio Líquido				
Depósitos	16.212.942	–	CA	16.212.942
Recursos de aceites e emissão de títulos	7.992.978	–	CA	7.992.978
Derivativos	274.909	–	VJR	274.909
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	951.207	–	CA	951.207
Outros passivos financeiros	44.377	(42.216)	CA	2.161
Passivos fiscais	51.631	13.394		65.025
Provisões	125.063	49.119		174.182
Outros passivos	167.855	(12.338)		155.517
Patrimônio líquido	1.730.763	(720.977)		1.009.786
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>27.551.725</u>	<u>(713.018)</u>		<u>26.838.707</u>

No que se refere às provisões de perda de crédito esperada dos instrumentos financeiros, o Banco Original apresenta o seguinte resumo das mudanças realizadas:

Instrumentos financeiros	31/12/2024			01/01/2025		
	Rating	Saldo contábil	Provisão para perda	Estágio	Saldo contábil	Provisão para perda de crédito esperada
				1	6.014.169	(1.295)
Títulos e valores mobiliários	N/A	7.954.475	–	2	–	–
				3	–	–
				N/A	1.940.306	–
Total		<u>7.954.475</u>	<u>–</u>		<u>7.954.475</u>	<u>(1.295)</u>
	AA	6.357.603	–			
	A	5.601.606	(28.008)			
	B	407.888	(4.079)			
	C	437.004	(13.110)			
	D	351.697	(35.170)			
Operações com característica de concessão de crédito	E	407.550	(122.265)			
	F	323.929	(161.965)			
	G	321.380	(224.966)			
	H	958.445	(958.445)			
				1	11.596.138	(28.902)
				2	621.875	(715)
				3	2.940.365	(2.856.784)
Total		<u>15.167.102</u>	<u>(1.548.008)</u>		<u>15.158.378</u>	<u>(2.886.401)</u>
Compromisso de crédito, crédito a liberar e garantias financeiras prestadas		480.626	2.995	1	480.626	(890)
				2	–	–
				3	–	–
Total		<u>480.626</u>	<u>2.995</u>		<u>480.626</u>	<u>(890)</u>

A mensuração de determinados ativos, passivos, receitas e despesas envolve o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, os quais são periodicamente revisados pela Administração com base nas melhores informações disponíveis. Eventuais diferenças entre os valores estimados e os realizados serão reconhecidas nos resultados futuros, conforme o princípio da competência e em conformidade com o tratamento prospectivo previsto nas normas contábeis aplicáveis.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado 01/01 a 31/12/2025
Dependência no exterior				
Banco Original Ilhas Cayman	2.731.625	2.517.981	213.644	38.233

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais:

Atividade	Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	Participação total	
Entidades coligadas				
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	284.664	56.927.051	19,99%
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holding	2.357.716	10.139.388	9,50%

Entidades controladas				
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	9.450	3.450.000	99,99%

O valor total de ativos, passivos e resultado líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

	Ativo total	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total 01/01 a 31/12/2025
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	15.243	1.604	8.080	25.983	–	(20.424)
Original Hub Ltda.	2.325	–	3.392	–	–	(1.067)
PicPay Holdings Netherlands B.V.	3.068.491	87.016	2.586.333	–	48.170	346.972

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2026.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos. As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério pro rata dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as disposições estabelecidas pelas normas contábeis vigentes, emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais órgãos reguladores, considerando as especificidades das operações conduzidas pelo Banco Original.

O reconhecimento inicial ocorre na data da contratação, ao valor justo da contraprestação recebida ou entregue, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis ao instrumento, exceto nos casos de ativos e passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros é definida com base no modelo de negócios adotado para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais, conforme previsto na regulamentação vigente, podendo ser alocados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao **custo amortizado (CA)**;
- Ativos financeiros ao **valor justo por meio do resultado (VJR)**;
- Ativos financeiros ao **valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**.

A baixa de ativos financeiros ocorre quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não há expectativa razoável de recuperação (com o devido reconhecimento de perda de crédito esperada), ou quando há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando extintos, seja por liquidação, cancelamento ou vencimento. A mensuração subsequente é realizada conforme a categoria de classificação, sendo:

- **Valor justo:** calculado com base em hierarquia de precificação definida em três níveis, conforme grau de observação das variáveis utilizadas na mensuração; sendo:
 - **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos;
 - **Nível 2:** preços observáveis de instrumentos similares em mercados ativos;
 - **Nível 3:** premissas internas e dados não observáveis, com uso de modelos próprios.
- **Custo amortizado:** calculado utilizando o método dos juros efetivos, considerando receitas e despesas incrementais superiores a 1% do valor do contrato;
- **Perda de crédito esperada:** A mensuração da perda de crédito esperada considera abordagem prospectiva baseada em modelos estatísticos, informações históricas, atuais e projeções macroeconômicas, utilizando abordagem de três estágios:

- **Estágio 1:** ativos com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. A perda de crédito esperada é calculada considerando a inadimplência esperada nos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** ativos cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas ainda sem evidência objetiva de perda. A perda de crédito esperada é calculada com base na inadimplência esperada ao longo da vida do ativo;
- **Estágio 3:** ativos com evidência objetiva de perda, sendo reconhecida perda esperada integral com base na inadimplência ao longo da vida do instrumento. Nesses casos, o reconhecimento de receita de juros é feito com base no valor contábil líquido (após provisão). A identificação do estágio é reavaliada periodicamente, considerando fatores como atraso, reestruturações contratuais, ratings internos, informações externas de inadimplência e demais variáveis pertinentes. Para ativos com evidência objetiva de perda de crédito ou atraso superior a 90 dias, o reconhecimento de juros passa a ocorrer pelo critério de caixa. A baixa de ativos financeiros ocorre na data da negociação quando:
 - expiram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa;
 - há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo; ou
 - não há expectativa razoável de recuperação, situação em que se aplica a baixa contra a provisão. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados, cancelados ou vencidos.

c.4) Derivativos e uso de *hedge* contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de investimento no exterior e hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

d) Tributos

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%.

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre receitas financeiras e registradas em despesas tributárias.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica Ativos diferidos. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica Passivos diferidos. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

Em novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que alterou significativamente o tratamento fiscal aplicável às perdas com créditos inadimplidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As disposições dessa lei passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025, revogando os dispositivos anteriores sobre o tema, especialmente aqueles previstos na Lei nº 9.430/1996.

O novo marco regulatório buscou promover maior convergência entre os critérios fiscais e contábeis de apuração de perdas em operações de crédito, com o objetivo de refletir de forma mais fiel a realidade econômica e reduzir as assimetrias entre lucro contábil e base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Reconhecimento da inadimplência

A partir da entrada em vigor da nova norma, os créditos passaram a ser considerados inadimplentes, para fins de dedutibilidade fiscal, após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou dos encargos contratuais, independentemente da data de contratação.

As perdas dedutíveis passaram a ser apuradas mensalmente, com base na totalidade do saldo inadimplente, por meio da aplicação de dois fatores cumulativos:

- Um fator fixo, incidente no momento em que a operação completou 90 dias de atraso;
- Um fator adicional, progressivo, conforme o tempo decorrido desde o reconhecimento da inadimplência.

Tais fatores, definidos por norma da Receita Federal, foram aplicados sobre o saldo bruto da operação, descontando-se os valores já deduzidos em períodos anteriores.

Tratamento de encargos em atraso

As receitas relativas a encargos financeiros reconhecidos contabilmente em operações inadimplentes - incluindo aquelas submetidas à falência ou à recuperação judicial - passaram a ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Caso tais valores tenham sido efetivamente recebidos, foram incluídos na base tributável no momento do recebimento.

Recuperações posteriores

Recuperações de créditos anteriormente baixados como perda dedutível passaram a ser adicionadas ao lucro tributável no momento do efetivo recebimento, independentemente da forma de recuperação - pagamento, novação, execução de garantias ou outras modalidades.

Limitações para créditos com partes relacionadas

A legislação também ampliou as hipóteses de vedação à dedutibilidade fiscal de perdas com operações realizadas com partes relacionadas, incluindo:

- Sócios, administradores, controladores e respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau;
- Pessoas físicas com participação relevante no capital da instituição;
- Empresas sob controle comum, coligadas ou com influência significativa;
- Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Nesses casos, ainda que as perdas tenham sido registradas contabilmente, sua dedução fiscal foi vedada.

Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos oriundos de perdas com créditos inadimplidos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024 foram preservados. Contudo, sua realização fiscal passará a ocorrer de forma parcelada, a partir de janeiro de 2026, mediante dedução em frações mensais uniformes, ao longo de sete ou dez anos, conforme o enquadramento legal.

Reforma Tributária sobre o consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 estabeleceu as bases do novo sistema de tributação sobre o consumo, incluindo a criação do IVA dual (compreendendo a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, compartilhado entre Estados, Distrito Federal e Municípios), além do Imposto Seletivo, com implementação gradual ao longo do período de transição. No curso da regulamentação infraconstitucional, foi editada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui o IBS e a CBS, entre outros aspectos do novo modelo. Após 31 de dezembro de 2025, houve avanço adicional no processo de regulamentação, com a publicação, em janeiro de 2026, da Lei Complementar nº 227/2026, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 214/2025, bem como com a continuidade das iniciativas normativas relacionadas à operacionalização do novo sistema.

e) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração utilize estimativas e premissas relativas a contingências que afetam o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada a incerteza de natureza fiscal na legislação tributária brasileira, a determinação dos passivos tributários exige que a administração exerça julgamento, e o resultado após a realização pode diferir das estimativas.

O Banco e suas controladas estão sujeitos a processos trabalhistas, cíveis (consumeristas), tributários, previdenciários e outros. A administração deve estimar a probabilidade de quaisquer resultados adversos desses processos, bem como as perdas prováveis associadas a essas questões.

As provisões são reconhecidas como passivos, em despesas administrativas e/ou em encargos em resultados financeiros, quando as perdas são consideradas prováveis; ou seja, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária e o valor pode ser mensurado com segurança.

Quando a existência de uma obrigação presente não é considerada provável, o Banco divulga passivos contingentes, exceto nos casos em que a possibilidade de uma saída de recursos é remota, casos em que nenhuma provisão ou divulgação é exigida.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Tais ativos são

divulgados quando a entrada de benefícios econômicos é considerada provável e são reconhecidos no ativo quando sua realização torna-se praticamente certa.

Procedimentos de classificação e mensuração (trabalhistas e cíveis/consumeristas): a classificação de risco (provável, possível ou remoto) considera, além da análise jurídica, o estágio processual, base de dados históricos, e evolução do modelo de negócio, segregando-se os processos, quando aplicável, entre (i) fase de conhecimento e (ii) fase recursal e de execução. Em contingências trabalhistas, na fase de conhecimento, as perdas prováveis são mensuradas com base no ticket médio histórico dos pagamentos realizados entre 2022 e 2025; e, na fase recursal e de execução, com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em sentença, acórdão e/ou execução. Para contingências cíveis (consumeristas), na fase de conhecimento, as perdas prováveis são mensuradas com base no ticket médio de entrada, apurado a partir da segmentação dos processos por causa raiz dos litígios e dos percentuais históricos de perdas ocorridas em 2025; e, na fase recursal e de execução, com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em acórdão e/ou execução.

As contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando necessário, e as classificadas como remotas refletem a avaliação dos assessores jurídicos quanto à baixa probabilidade de perda e/ou decisões favoráveis. Os casos que não se enquadrarem no conceito de demandas massificadas serão avaliados individualmente, observando-se suas particularidades, e tratados conforme a análise técnica e a recomendação do advogado.

As provisões são revisadas periodicamente e registradas no resultado, sendo atualizadas monetariamente quando aplicável, conforme a natureza do processo e os critérios legais/contratuais pertinentes. O prazo médio estimado para a conclusão dos processos é de aproximadamente 4 anos para processos trabalhistas, 2 anos para processos cíveis e entre 5 e 10 anos para processos tributários e previdenciários.

f) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

g) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 5.185.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Disponibilidades	8.579
Em moedas estrangeiras	8.291
Em moeda nacional	288
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>70.422</u>
Total	<u>79.001</u>

5. Ativos financeiros

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2025 Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Aplicações no mercado aberto			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.024	967.159	976.183
Aplicações em moedas estrangeiras	70.430	–	70.430
Perda esperada associada ao risco de crédito	(155)	–	(155)
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo	<u>(102)</u>	<u>–</u>	<u>(102)</u>
Total	<u>79.197</u>	<u>967.159</u>	<u>1.046.356</u>

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada	308	1.536
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	39.635	77.444
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central	<u>132.381</u>	<u>257.999</u>
Total	<u>172.324</u>	<u>336.979</u>

5.2. Títulos e valores mobiliários

a) Resumo da carteira por categorias

	Valor contábil bruto	Perda de crédito esperada	Ajuste ao valor justo	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025 Saldo contábil
Custo amortizado (CA)	4.227.650	(564)	–	7.421	4.234.507
Valor justo por meio do resultado (VJR)	2.580.849	–	41.399	–	2.622.248
Total	6.808.499	(564)	41.399	7.421	6.856.755
Circulante					3.975.543
Não circulante					2.881.212

b) Resumo da carteira por categoria e tipo de papel

	Carteira Própria	Compro- missos de Recompra	Vinculados a		31/12/2025 Total
			Presta- ção de garantias	Banco Central do Brasil	
Custo amortizado (CA)	3.207.329	–	851.369	175.809	4.234.507
Títulos Públicos	2.474.362	–	851.369	175.809	3.501.540
Títulos Privados	732.967	–	–	–	732.967
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	8.953	–	–	–	8.953
Notas comerciais - NC	724.578	–	–	–	724.578
Debêntures	–	–	–	–	–
Perda de crédito esperada	(564)	–	–	–	(564)
Valor justo por meio do resultado (VJR)	2.622.248	–	–	–	2.622.248
Títulos Públicos	464.452	–	–	–	464.452
Títulos Privados	2.157.796	–	–	–	2.157.796
Fundos de Investimentos	2.090.442	–	–	–	2.090.442
Ações de Companhias Abertas	44.958	–	–	–	44.958
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	22.396	–	–	–	22.396
Total	5.829.577	–	851.369	175.809	6.856.755
Circulante					3.975.543
Não circulante					2.881.212

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos privados	180.863	263.532
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos públicos	227.996	574.555
Rendas de aplicações em fundos de investimento	214.624	287.943
Lucros/(Prejuízo) com títulos de renda fixa	3.560	1.886
Total	627.043	1.127.916

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A determinação dos valores de mercado de instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF (Non Deliverable Forward)** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Composição de instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	31/12/2025 Total
Juros						
Valor de Referência	25.073.610	–	2.626.673	1.872.876	–	29.573.159
Valor Justo - Ativo	–	–	63.929	43.630	–	107.559
Valor Justo - Passivo	–	–	(39.046)	(2.898)	–	(41.944)
Moeda Estrangeira						
Valor de Referência	1.104.338	2.563.038	2.597.285	2.929.156	653	9.194.470
Valor Justo - Ativo	–	–	110.413	11.261	19	121.693
Valor Justo - Passivo	–	(132.206)	(1.717)	(25.895)	–	(159.818)

b) Composição de instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	31/12/2025	Total
Por valor de referência							
0 - 30	4.159.531	72.338	982.022	2.316.087	653		7.530.631
31 - 90	4.168.667	544.850	317.958	1.930.775	–		6.962.250
91 - 365	6.115.501	1.477.100	2.180.476	555.170	–		10.328.247
366 - 720	3.081.101	468.750	1.436.459	–	–		4.986.310
Acima de 721 dias	8.653.148	–	307.043	–	–		8.960.191
Total	26.177.948	2.563.038	5.223.958	4.802.032	653		38.767.629
Por valor justo - Ativo							
0 - 30	–	–	84.379	24.764	19		109.162
31 - 90	–	–	17.205	18.840	–		36.045
91 - 365	–	–	38.837	11.287	–		50.124
366 - 720	–	–	27.239	–	–		27.239
Acima de 721 dias	–	–	6.682	–	–		6.682
Total	–	–	174.342	54.891	19		229.252
Por valor justo - Passivo							
0 - 30	–	(5.434)	(5.607)	(11.400)	–		(22.441)
31 - 90	–	(42.482)	(662)	(12.305)	–		(55.449)
91 - 365	–	(50.211)	(17.992)	(5.088)	–		(73.291)
366 - 720	–	(34.079)	(16.456)	–	–		(50.535)
Acima de 721 dias	–	–	(46)	–	–		(46)
Total	–	(132.206)	(40.763)	(28.793)	–		(201.762)

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Original reconheceu o risco de crédito próprio (DVA) de R\$ 45 em operações de swap e de R\$ 17 em operações de NDF, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida de Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
NDF	43.709	490.641
Swap	12.874	94.605
Opções	(7.776)	(90.810)
Futuros	(4.773)	304.531
Câmbio	13.324	8.259
Total	57.358	807.226

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

31/12/2025

Títulos públicos

Notas do tesouro nacional	615.930
Letras do tesouro nacional	<u>228.192</u>
Total	<u>844.122</u>

e) *Hedge* de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor eficaz foi de R\$ 17.357 negativo líquido dos efeitos tributários.

f) *Hedge* de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente a instituição quanto as possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

- Teste Prospectivo: possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demonstrar que o instrumento e o objeto do *hedge* variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.
- Teste Retrospectivo: verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercício; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

Em 31 de dezembro de 2025 o Banco Original possui as seguintes estruturas de *hedge* vigentes:

i. Estrutura de *Hedge Accounting* Pré

O Banco Original designa relações de *hedge accounting* para o fator de risco taxa de juros prefixada (risco PRÉ) no contexto de sua estratégia de gestão de risco de mercado. As relações de *hedge* têm como risco designado a variação no valor justo decorrente de alterações nas taxas de juros prefixadas, caracterizando-se como hedges de valor justo (*fair value hedge*).

a) *Hedge* da Carteira de Ativos: o item objeto de *hedge* compreende ativos financeiros prefixados, principalmente operações de Rural Livre e DIR (Depósito Interfinanceiro Rural), expostos ao risco de variação no valor justo decorrente de oscilações na estrutura a termo das taxas de juros prefixadas.

b) *Hedge* da Carteira de Cessão: o item objeto de *hedge* é composto por ativos financeiros prefixados relacionados a operações de cessão de crédito em reais, cujo valor justo é sensível às variações das taxas de juros prefixadas.

c) *Hedge* da Carteira de Títulos Públicos Federais: o item objeto de *hedge* inclui títulos públicos federais prefixados. A avaliação da efetividade é realizada de forma individual por título. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha relações de *hedge* designadas para os títulos LTN e NTN-F.

d) *Hedge* de Passivos - LFS: o item objeto de *hedge* corresponde a instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos entre fevereiro e abril de 2022, com prazos de vencimento superiores a 10 anos. O risco designado refere-se à variação no valor justo desses passivos decorrente de mudanças nas taxas de juros prefixadas.

e) *Hedge* de Passivos - LFSC: o item objeto de *hedge* é constituído por Letras Financeiras Subordinadas Complementares (LFSC), com risco de taxa de juros prefixada.

f) *Hedge* de Passivos: Inclui passivos financeiros prefixados, com vencimento definido, emitidos em plataformas de distribuição. São elegíveis:

- Certificados de Depósito Bancário (CDB);
- Letras de Crédito Imobiliário (LCI);
- Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
- Letras Financeiras (LF).

Os instrumentos de *hedge* designados nas relações acima são:

- Contratos futuros de DI1 negociados na B3; e
- Contratos de swap de taxas de juros.

Tais instrumentos são formalmente documentados, no momento da designação, como parte integrante da estratégia de *hedge accounting* do Banco.

As relações são estruturadas buscando o maior grau possível de alinhamento de prazos e volumes entre instrumentos de *hedge* e itens protegidos, de forma que se espere que as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* compensem, de maneira economicamente consistente, as alterações no valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco designado.

ii. Estrutura de *Hedge* Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente

da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de hedge protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido.

Teste de efetividade

	Ajuste ao valor justo		Efetividade retrospectiva	Small numbers		Efetividade prospectiva
	Objeto	Instrumento		<2,5%	<0,5%	
Hedge pré - Ativos	(124)	121	97,79%	–	–	96,62%
Hedge pré - Cessão	(722)	722	100,00%	–	–	100,00%
Hedge pré - LTN	5.547	(5.547)	100,00%	–	–	100,00%
Hedge pré - NTN	1.874	(1.874)	100,00%	–	–	99,84%
Hedge pré - LFS	263.342	(267.618)	101,62%	–	–	99,77%
Hedge pré - LFSC	757	(2.652)	350,00%	0,31%	31,75%	100,66%
Hedge pré - Passivos	25.738	(25.885)	100,57%	–	–	99,77%
Hedge cupom cambial ativo	14.429	(16.012)	110,97%	–	–	99,98%
Hedge cupom cambial passivo	(1.190)	1.442	121,25%	–	–	99,39%

6. Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito

a) Composição da carteira de operações de crédito:

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025
Empréstimos	8.310.464	(603.615)	(726.376)	12.191	6.992.664
Financiamentos a exportação	428.620	–	(12.922)	2.238	417.936
Financiamentos a importação	15.031	–	(36)	–	14.995
Financiamentos rurais - recursos direcionados LCA	1.573.939	–	(2.684)	(22)	1.571.233
Financiamentos imobiliários - não residenciais	642.693	–	(2.747)	–	639.946
Financiamentos imobiliários - residenciais	91	(46)	(42)	–	3
Total	10.970.838	(603.661)	(744.807)	14.407	9.636.777
Circulante	6.668.800				
Não circulante	4.302.038				

b) Composição da carteira de outras operações com características de concessão de crédito:

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025
Títulos com característica de concessão de crédito	387	–	(383)	–	4
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiro	23.811	–	(57)	–	23.754
Outras operações com característica concessão de crédito (1)	<u>8.500.880</u>	<u>(22.223)</u>	<u>(23.569)</u>	<u>(722)</u>	<u>8.454.366</u>
Total	<u>8.525.078</u>	<u>(22.223)</u>	<u>(24.009)</u>	<u>(722)</u>	<u>8.478.124</u>

(1) Compreende, principalmente, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e recebíveis adquiridos.

c) Classificação por estágios de risco de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025 Valor contábil bruto
Operações de crédito	9.194.392	246.391	1.530.055	10.970.838
Outras operações com características de concessão de crédito	8.417.525	70.732	36.821	8.525.078
Compromissos de crédito e créditos a liberar	348.934	–	–	348.934
Garantias financeiras prestadas	<u>497.281</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>497.281</u>
Total	<u>18.458.132</u>	<u>317.123</u>	<u>1.566.876</u>	<u>20.342.131</u>

c.1) Valor contábil bruto por estágios

	01/07 a 31/12/2025			01/01 a 31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo inicial	14.550.073	365.757	2.673.352	11.596.138	621.875	2.940.365
Transferência para Estágio 2	(283.587)	283.587	–	(505.942)	505.942	–
Transferência para Estágio 3	(82.549)	–	82.549	(95.124)	–	95.124
Transferência do Estágio 2	975	(134.541)	133.566	975	(134.704)	133.729
Transferência do Estágio 3	–	–	–	7	3.228	(3.235)
Aquisição /(Liquidação)	4.273.220	(197.680)	(143.106)	7.462.078	(679.218)	(174.486)
Write Off	–	–	(1.179.485)	–	–	(1.424.621)
Saldo em 31/12/2025	<u>18.458.132</u>	<u>317.123</u>	<u>1.566.876</u>	<u>18.458.132</u>	<u>317.123</u>	<u>1.566.876</u>

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 2.652.394 são operações renegociadas das quais 45,3% referem-se às operações reestruturadas.

c.2) Perda de Crédito Esperada por estágios

	01/07 a 31/12/2025			01/01 a 31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo inicial	(29.365)	(3.581)	(2.547.276)	(28.902)	(715)	(2.856.784)
Transferência para Estágio 2	899	(899)	–	1.452	(1.452)	–
Transferência para Estágio 3	439	–	(439)	1.155	1.104	13.569
Transferência do Estágio 2	(565)	1.946	(1.381)	(565)	1.949	(1.384)
Transferência do Estágio 3	–	–	–	(7)	(1.711)	1.718
Aquisição /(Liquidação)	(2.835)	(878)	81.501	(4.560)	(2.587)	130.724
<i>Write Off</i>	–	–	1.107.061	–	–	1.351.623
Saldo em 31/12/2025	<u>(31.427)</u>	<u>(3.412)</u>	<u>(1.360.534)</u>	<u>(31.427)</u>	<u>(3.412)</u>	<u>(1.360.534)</u>

d) Garantias financeiras prestadas

	Valor atualizado 31/12/2025	
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	497.281	(673)

e) Rendas de operações de crédito

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	–	8
Rendas de empréstimos	1.033.004	1.948.578
Rendas de direitos creditórios descontados	27.582	43.339
Rendas de financiamentos à exportação	66.385	(387.975)
Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras	1.104	1.104
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos direcionados de LCA	109.641	186.290
Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários	54.787	93.654
Rendas de financiamentos habitacionais	2	13
Total	<u>1.292.505</u>	<u>1.885.011</u>

f) Rendas de outras operações com características de crédito

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros	1.281	2.602
Total	<u>1.281</u>	<u>2.602</u>

7. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos financeiros

	31/12/2025
Créditos vinculados no Banco Central	1.072.735
Devedores por depósitos em garantia - cíveis, fiscais e trabalhistas	34.647
Valores a receber de sociedades ligadas	<u>74.022</u>
Total	<u>1.181.404</u>

b) Outros ativos não financeiros

	31/12/2025
Relações interdependências - Numerário em trânsito	212
Comissões sobre avais, fianças e outras coobrigações a receber	1.613
Serviços prestados a receber	17
Negociação e intermediação de valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	76.716
Adiantamentos e antecipações salariais	2.434
Adiantamentos para pagamentos por conta da Instituição	355
Devedores diversos país	3.968
Despesas pagas antecipadamente	29
Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda recebidos (1)	572.262
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	<u>(6.258)</u>
Total	<u>651.348</u>

(1) Refere-se aos ativos não financeiros (imóveis) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

c) Outros passivos financeiros

	31/12/2025
Valores a pagar a sociedades ligadas	<u>304</u>
Total	<u>304</u>

d) Outros passivos não financeiros

	31/12/2025
Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados - IOF a recolher	2.338
Sociais e estatutárias - Gratificações e participações a pagar	58
Negociação e intermediação de Valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	52.904
Valores a pagar em moeda estrangeira	8.677
Saldo credor em investimento (1)	2.468
Despesas de Pessoal	10.811
Outras Despesas Administrativas	155
Credores diversos - País	8.184
Receitas a apropriar	5.829
Outros passivos	117
Total	91.541

(1) Em 31 de dezembro de 2025 foi apurado passivo a descoberto para o investimento na empresa Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., sendo o montante apresentado na nota explicativa 7.d.1.

d.1) Saldo credor em investimento

	Sede	Moeda funcional	30/06/2025	Movimentação de		31/12/2025
			Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento
Coligada						
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	(4.429)	(1.322)	3.283	(2.468)

	Sede	Moeda funcional	31/12/2024	Movimentação de		31/12/2025
			Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento
Coligada						
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	(3.329)	(4.084)	4.945	(2.468)

8. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligadas e controladas:

		30/06/2025		Movimentação de 01/07 a 31/12/2025		31/12/2025
	Sede	Moeda funcional	Valor do investi- mento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investi- mento
Coligada						
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holanda	Real	191.591	17.558	60.188	269.337
Controladas						
Original Hub Ltda.	Brasil	Real	3.121	(795)	–	2.326
Total			194.712	16.763	60.188	271.663

		31/12/2024		Movimentação de 01/01 a 31/12/2025		31/12/2025
	Sede	Moeda funcional	Valor do investi- mento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investi- mento
Coligada						
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holanda	Real	128.588	25.996	114.753	269.337
Controladas						
Original Hub Ltda.	Brasil	Real	3.393	(1.067)	–	2.326
Total			131.981	24.929	114.753	271.663

9. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	31/12/2025
Sistemas de processamento de dados	11.933	(10.981)	952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	5.661	(3.145)	2.516
Sistemas de segurança e comunicações	477	(470)	7
Total	18.071	(14.596)	3.475

b) Movimentação

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2025				
	30/06/2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Sistemas de processamento de dados	883	471	–	(402)	952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.679	123	–	(286)	2.516
Sistemas de segurança e comunicações	37	–	–	(30)	7
Total	3.599	594	–	(718)	3.475

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2025				
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Sistemas de processamento de dados	7.806	653	(3.310)	(4.197)	952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	22.700	330	(18.056)	(2.458)	2.516
Sistemas de segurança e comunicações	204	–	(70)	(127)	7
Total	30.710	983	(21.436)	(6.782)	3.475

Durante o primeiro semestre de 2025, o Banco Original S.A. realizou a alienação de ativos classificados no imobilizado, compreendendo Sistemas de Processamento de Dados, Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança e Comunicações, no valor total de R\$ 21.344. A alienação foi registrada com base no valor de venda acordado entre as partes, o qual foi superior ao valor contábil líquido dos ativos, resultando em um ganho de R\$ 19.961, reconhecido na demonstração do resultado do período, em conformidade com o disposto no item 68 do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

A operação está inserida no contexto da reestruturação societária e estratégica entre o Banco Original e o PicPay, que até outubro de 2024 integravam o mesmo Conglomerado Prudencial, sob supervisão do Banco Central do Brasil. Durante esse período, os ativos imobilizados em questão eram utilizados de forma compartilhada entre as instituições, com o objetivo de otimizar os recursos operacionais.

Em decorrência da decisão de segregação do Conglomerado Prudencial e da consequente necessidade de estruturação independente das operações das entidades, foi identificada a necessidade de transferir à PicPay ativos essenciais à continuidade de suas atividades. Para isso, foi celebrado um “Contrato de Compra e Venda,” visando à formalização da transferência patrimonial de forma clara, objetiva e transparente. Os ativos alienados estavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas ou gravames.

A transação foi realizada em condições de mercado, assegurando a adequada mensuração dos ativos pelo valor justo, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e com os critérios previstos no Manual do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, e reflete o alinhamento estratégico das instituições no novo contexto societário.

10. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	31/12/2025
Software	981.328	(981.153)	175
Licenças de uso	330.416	(322.872)	7.544
Total	1.311.744	(1.304.025)	7.719

b) Movimentação

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2025				31/12/2025
	30/06/2025	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	–	175	–	–	175
Licenças de uso	8.061	5.146	–	(5.663)	7.544
Total	8.061	5.321	–	(5.663)	7.719

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2025				31/12/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	–	175	–	–	175
Licenças de uso	11.006	7.013	–	(10.475)	7.544
Total	11.006	7.188	–	(10.475)	7.719

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2025
Depósitos à vista	95.481	–	–	–	95.481
Pessoas físicas	7.618	–	–	–	7.618
Pessoas jurídicas	21.694	–	–	–	21.694
Pessoas jurídicas ligadas	25.163	–	–	–	25.163
Vinculados	34.317	–	–	–	34.317
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	6.689	–	–	–	6.689
Depósitos interfinanceiros	–	154.852	949.976	–	1.104.828
Depósitos a prazo	–	2.255.911	5.919.988	7.719.799	15.895.698
Em moeda nacional (1)	–	818.683	4.839.234	7.719.799	13.377.716
Em moeda estrangeira	–	1.437.228	1.080.754	–	2.517.982
Total	95.481	2.410.763	6.869.964	7.719.799	17.096.007

(1) CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 158% do DI; em operações prefixadas entre 9,25% e 17,16% a.a.; e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 4,25% e 7,05% a.a..

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2025
Letras crédito imobiliário - Não ligadas (1)	45.543	278.590	308.842	632.975
Letras crédito agronegócio - Não ligadas (2)	1.196.934	4.605.007	4.477.767	10.279.708
Letras Financeiras (3)	–	239.054	26.338	265.392
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo	2.014	–	–	2.014
Total	1.244.491	5.122.651	4.812.947	11.180.089

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 99% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,98% e 14,28% a.a. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2025.

(2) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 111,5% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,98% e 14,50% a.a. Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 4,40% e 5,05% a.a..

(3) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 111,00% e 119,50% do DI. Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 13,2% e 22,1% a.a.. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2025.

c) Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	31/12/2025 Valor de mercado
Títulos de dívida elegíveis a capital				
Complementar Autorizado	Pré-fixadas entre 18,29% e 18,40% a.a.	Sem vencimento	559.717	676.654
Nível II Autorizado	Pré-fixadas entre 15,80% e 16,90% a.a.	Entre 2032 e 2036	543.100	976.998
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo				(264.100)
Total				1.389.552

d) Obrigações por empréstimos e por repasses

	De 3 a 12 meses	31/12/2025
Empréstimos no Exterior		
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação até 360 dias	15.031	15.031
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo	1.190	1.190
Total	16.221	16.221

e) Despesas de captação

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Depósitos	(1.112.176)	(2.128.449)
Despesas de depósitos interfinanceiros - Ligadas	(6.352)	(6.367)
Despesas de depósitos interfinanceiros - Não ligadas	(50.314)	(88.333)
Despesas de depósitos a prazo - Ligadas	(79.409)	(150.830)
Despesas de depósitos a prazo - Não ligadas	(976.101)	(1.882.919)
Captações no mercado aberto	(6.506)	(49.187)
Operações compromissadas - Carteira própria	(6.506)	(49.187)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(655.808)	(1.231.862)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA - Não ligadas	(567.092)	(1.002.435)
Despesas de letras imobiliárias - Ligadas	—	(7.060)
Despesas de letras imobiliárias - Não ligadas	(52.635)	(103.178)
Despesas de letras financeiras - Não ligadas	(36.081)	(119.189)
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	(124.945)	(578.506)
Despesas de instrumentos com cláusulas de subordinação	(124.945)	(578.506)
Outras	(15.303)	(28.246)
Despesas de contribuição a Fundo Garantidor de Créditos	(15.303)	(28.246)
Total	<u>(1.914.738)</u>	<u>(4.016.250)</u>

f) Despesas em operações de empréstimos e repasses

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	<u>(3.055)</u>	<u>228.892</u>
Total	<u>(3.055)</u>	<u>228.892</u>

12. Tributos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.760	33.008
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	(7.992)	(14.854)
Efeito na apuração dos tributos	(4.302)	40.967
Resultado de participações em coligadas e controladas	(6.948)	(9.380)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	48.478	115.307
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	(13.589)	(51.993)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(29.122)	(40.183)
Outros	(3.121)	27.216
Imposto de renda e contribuição social	(12.294)	26.113
Provisão para imposto de renda	(6.831)	14.507
Provisão para contribuição social	(5.463)	11.606
Ativos fiscal diferido - IR/CS	5.428	(36.298)
Total	(6.866)	(10.185)

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2025
Imposto de Renda	17.668
Contribuição Social	251
PIS	3.968
COFINS	2
Outros impostos (1)	1.353
Total	23.242

(1) Refere-se, basicamente, aos créditos previdenciários a compensar.

c) Composição dos ativos diferidos:

	31/12/2025
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	260.043
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.303.684
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias	100.198
Outras diferenças temporárias no resultado	30.571
Subtotal	3.694.496
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379
Total	3.711.875

c.1) Movimentação dos ativos diferidos

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	3.128.146
Impactos da Resolução CMN nº 4.966/21 em 01 de janeiro de 2025	–	601.975
Saldo inicial	3.688.395	3.730.121
Constituições	279.816	291.221
Realizações	<u>(256.336)</u>	<u>(309.467)</u>
Saldo final	<u>3.711.875</u>	<u>3.711.875</u>

d) Composição dos passivos correntes

	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre salários	5.872
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	351
PIS a pagar	43
COFINS a pagar	268
Outros	<u>1.761</u>
Total	<u>8.295</u>

e) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2025
Ajuste ao valor de mercado dos ativos/passivos financeiros e derivativos	<u>42.694</u>
Total	<u>42.694</u>

e.1) Movimentação dos passivos diferidos

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(38.179)
Impactos da Resolução CMN nº 4.966/21 em 01 de janeiro de 2025		(13.394)
Saldo inicial	(9.093)	(51.573)
Constituições	5.182	(238.420)
Realizações	<u>(38.783)</u>	<u>247.299</u>
Saldo final	<u>(42.694)</u>	<u>(42.694)</u>

f) Expectativa de realização dos ativos diferidos

	31/12/2025
2026	459.830
2027	469.222
2028	360.515
2029	372.012
2030	396.920
2031	404.558
2032	310.922
2033	306.839
2034	306.839
2035	<u>324.218</u>
Total dos ativos diferidos	<u>3.711.875</u>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

g) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2025, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 2.199.991.

h) Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(1.216)	(1.943)
Despesas de contribuição ao Cofins	(11.963)	(20.204)
Despesas de contribuição ao Pis/Pasep	<u>(1.944)</u>	<u>(3.283)</u>
Total	<u>(15.123)</u>	<u>(25.430)</u>

13. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

a) Composição

	31/12/2025
Provisão perdas esperadas compromisso de crédito	24
Provisão perdas esperadas garantias financeiras prestadas	673
Provisões contingências trabalhistas	182.445
Provisões contingências cíveis	31.913
Provisão para participações nos lucros	<u>61.679</u>
	<u>276.734</u>

b) Contingências cíveis e trabalhistas

• **Provisões cíveis (consumeristas):** Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais, indenizações e/ou outros pedidos relacionados a demandas consumeristas, as quais são analisadas de forma individualizada e/ou tratadas como demandas massificadas, conforme sua natureza. Na fase de conhecimento, para demandas massificadas, a mensuração das perdas prováveis utiliza o ticket médio de entrada, apurado a partir da segmentação dos processos por causa raiz dos litígios e dos percentuais históricos de perdas ocorridas em 2025. Na fase recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando necessário, e as classificadas como remotas refletem a avaliação dos assessores jurídicos quanto à baixa probabilidade de perda e/ou decisões favoráveis. Os casos que não se enquadrarem no conceito de demandas massificadas serão avaliados individualmente, observando-se suas particularidades, e tratados conforme a análise técnica e a recomendação do advogado.

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2025, havia o montante de R\$ 4.529 em depósitos judiciais.

• **Provisões trabalhistas:** Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. Na fase de conhecimento, a mensuração das perdas prováveis considera o ticket médio histórico dos pagamentos realizados entre 2022 e 2025. Nas fases recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em sentença, acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando aplicável, e as classificadas como remotas refletem decisões favoráveis e/ou avaliação jurídica de alta probabilidade de êxito. Para esses processos, em 31 de dezembro de 2025, havia o montante de R\$ 14.196 em depósitos judiciais. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões para passivos contingentes cíveis e trabalhistas é de até quatro anos, podendo variar conforme o estágio processual.

b.1) Movimentação de passivos contingentes cíveis e trabalhistas

	01/07 a 31/12/2025		01/01 a 31/12/2025	
	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Saldo inicial	13.117	136.526	14.689	110.374
Constituição	33.662	97.390	34.389	123.542
Reversão	(14.866)	(51.471)	(17.165)	(51.471)
Saldo final	<u>31.913</u>	<u>182.445</u>	<u>31.913</u>	<u>182.445</u>

c) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível: São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2025
Processos cíveis	41.200
Processos trabalhistas	24.556
Processos fiscais	<u>85.673</u>
Total	<u>151.429</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.437.826.073 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 968.913.037 ações ordinárias e 468.913.036 ações preferenciais. Resumo do movimento no capital social do Banco Original ocorridos no exercício de 2025:

Evento	Data da Deliberação	Valor do Aumento/ (Redução)	Valor do Capital Social	Quantidade total de Ações	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Data da Homologação BACEN
Aumento de capital	30/01/2025	110.000	5.190.001	1.302.826.073	901.413.037	401.413.036	21/02/2025
Aumento de capital	28/02/2025	30.000	5.220.001	1.310.326.073	905.163.037	405.163.036	17/03/2025
Aumento de capital	31/03/2025	35.000	5.255.001	1.319.076.073	909.538.037	409.538.036	14/04/2025
Aumento de capital	30/04/2025	45.000	5.300.001	1.330.326.073	915.163.037	415.163.036	25/06/2025
Aumento de capital	30/05/2025	60.000	5.360.001	1.345.326.073	922.663.037	422.663.036	03/07/2025
Aumento de capital	31/07/2025	30.000	5.390.001	1.352.826.073	926.413.037	426.413.036	09/10/2025
Aumento de capital	28/08/2025	40.000	5.430.001	1.362.826.073	931.413.037	431.413.036	09/10/2025
Aumento de capital	30/09/2025	40.000	5.470.001	1.372.826.073	936.413.037	436.413.036	11/12/2025
Redução de capital	15/10/2025	(4.073.467)	1.396.534	1.372.826.073	936.413.037	436.413.036	18/12/2025
Aumento de capital	31/10/2025	50.000	1.446.534	1.385.326.073	942.663.037	442.663.036	18/12/2025
Aumento de capital	28/11/2025	40.000	1.486.534	1.395.326.073	947.663.037	447.663.036	18/12/2025
Aumento de capital	23/12/2025	170.000	1.656.534	1.437.826.073	968.913.037	468.913.036	09/02/2026

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2025
De domiciliados no país	<u>1.081.047</u>	<u>575.487</u>	<u>1.656.534</u>
Total	<u>1.081.047</u>	<u>575.487</u>	<u>1.656.534</u>

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram deliberados juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos ativos financeiros (títulos públicos e privados) classificados como valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA); ao risco de crédito próprio (DVA); e *swap* designado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman.

15. Despesas de pessoal

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Benefícios	(8.806)	(17.739)
Encargos sociais - FGTS	(3.490)	(7.379)
Encargos sociais - INSS	(12.813)	(25.521)
Despesas de pessoal - proventos	(75.259)	(139.998)
Treinamentos e Remuneração de estagiários	(209)	(414)
Total	(100.577)	(191.051)

16. Outras despesas administrativas

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de aluguéis	(448)	(911)
Despesas de comunicações	(2.069)	(2.957)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.447)	(4.528)
Despesas de processamento de dados	(21.870)	(42.822)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(80.803)	(172.992)
Despesas de Serviços de terceiros	(1.175)	(3.396)
Despesas honorários advocatícios	(10.444)	(20.669)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.946)	(3.064)
Despesas de transporte	(326)	(684)
Despesas tributárias	(1.696)	(3.199)
Despesas de viagem no país	(1.151)	(2.254)
Outras despesas administrativas	(24.535)	(42.622)
Indenizações cíveis	(17.496)	(29.103)
Despesas de amortização	(5.663)	(10.475)
Despesas de depreciação	(718)	(6.782)
Total	(171.787)	(346.458)

17. Outras receitas

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros - operações de crédito	25.601	67.370
Recuperação de encargos e despesas	12.159	30.774
Rendas de aplicações no exterior	1.368	3.082
Rendas de garantias prestadas	4.327	8.726
Reversão provisões para passivos contingentes cíveis	(1.573)	—
Reversão provisões passivas não associadas a risco de crédito	—	620
Outras rendas operacionais	21.672	56.896
Atualização impostos a compensar	823	1.537
Atualização depósitos judiciais	623	1.372
Total	65.000	170.377

18. Outras despesas

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(114.662)	(140.222)
Despesa provisões para passivos contingentes trabalhistas	(45.920)	(72.073)
Despesa provisões para passivos contingentes fiscais	(2.461)	(4.989)
Despesa provisões para passivos contingentes cíveis	(18.795)	(17.222)
Outras despesas operacionais	<u>(6.642)</u>	<u>(12.615)</u>
Total	<u>(188.480)</u>	<u>(247.121)</u>

19. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 20.302.

Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a PicPay Invest DTVM Ltda, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda, PicS Ltd e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos						
Ativos financeiros	3.602.929	293.889	–	282	–	3.897.100
Outros ativos	–	74.031	2	–	45.796	119.829
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.632.877	2.210	4.822	52.416	19.002	3.711.327
Outros passivos	67	–	237	–	–	304
Resultado						01/07 a 31/12/2025
Rendas de operações de crédito	319.937	–	–	–	–	319.937
Resultado com ativos financeiros	(5.433)	90.007	–	–	–	84.574
Despesas em operações de captação	(133.076)	(19)	–	(4.742)	(1.471)	(139.308)
Outras receitas e (despesas)	33.101	–	–	–	–	33.101
Resultado						01/01 a 31/12/2025
Rendas de operações de crédito	774.946	–	–	–	–	774.946
Resultado com ativos financeiros	(5.433)	139.131	–	–	–	133.698
Despesas em operações de captação	(253.792)	(23)	–	(6.222)	(2.460)	(262.497)
Outras receitas e (despesas)	73.575	–	–	–	–	73.575

(1) J&F Participações S/A. (2) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Hub Ltda. No exercício de 2025, o Banco Original cedeu sem retenção substancial de riscos e benefícios ativos da carteira de crédito (crédito pessoal) para o PicPay Bank S.A. O objetivo da venda está aderente a estratégia contínua de especializar cada entidade em um mercado específico. O valor futuro da carteira cedida é de R\$ 982.813, e o preço total da transação foi de R\$ 625.548, gerando resultado líquido dos efeitos tributários de R\$ 18.374.

20. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk* (VaR) paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress test*;
- *Stop loss*.

Aqueles classificados como *banking* têm como finalidade a gestão do risco de mercado e, principalmente, do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB - *Interest Rate Risk in the Banking Book*), composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem característica de negociação. O controle de risco dessa carteira é realizado por meio de métricas de perda estimada baseadas em choques históricos nas curvas de juros, bem como por métricas regulatórias e gerenciais de IRRBB, incluindo a variação do valor econômico do patrimônio (Δ EVE - *Delta Economic Value of Equity*) e a variação da margem financeira projetada (Δ NII - *Delta Net Interest Income*). A mensuração dessas exposições e o respectivo reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

	<i>Value at risk</i>	31/12/2025
	Média	Fechamento
Carteira trading		
Risco de taxas pré-fixadas	731	1.094
Risco de moedas estrangeiras	28.410	26.959
Risco de exposição com correlação	291	243
Carteira banking		
Risco de taxa de juros	81.836	143.341

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.

A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo F-GAP (Fórum de Gerenciamento de Ativos e Passivos). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco);
- *Stress test*;
- *Stop loss*; e
- Análise de sensibilidade.

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do Comitê de diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa;
- Teste de estresse; e
- Caixa mínimo.

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê de diretoria é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao Comitê de diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco social, ambiental e climático

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e realiza o monitoramento contínuo do cumprimento dos princípios, valores, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSAC do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões sociais, ambientais e climáticas; Avaliação e gestão de risco social, ambiental e climático; Atividades e operações que devem ser priorizadas na implementação da PRSAC, observando-se os princípios da proporcionalidade e relevância; Verificação da aderência à PRSAC; Divulgação e a revisão da PRSAC; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSAC. Faz parte do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSAC. Para isso, o Banco Original possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída apta a dar tratamento adequado às questões sociais, ambientais e climáticas, proporcionalmente à exposição e à declaração de apetite ao risco da instituição, assegurando a aderência e a integração com as demais políticas do Original e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSAC. Inclui: Comitê de Diretoria (CD) - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação e revisão da PRSAC, bem como assegurar sua aderência e às ações com vistas à sua efetividade; Comitê de Gestão Integrada de Riscos (CGIR) - assessorar as diretrizes estratégicas de

gerenciamento integrado de riscos e de capital do Original, de acordo com o seu regimento interno/regulamento; Comitê de Risco Operacional e Socioambiental (CROS) - órgão nomeado pelo Comitê de Diretoria, com a função de definir as diretrizes e acompanhar ocorrências relacionadas a gestão de Risco Operacional, Controles Internos, Continuidade de Negócios e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, monitorando e avaliando a PRSAC; Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Risco Social, Ambiental e Climático - sendo responsável por manter a PRSAC atualizada e acompanhar seu cumprimento e efetividade, assim como integrar e coordenar as ações de identificação, avaliação, controle, monitoramento e reporte dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

21. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2025
Patrimônio de referência Nível I	2.516.475
Capital Principal	1.839.822
Capital Complementar	676.653
Patrimônio de referência Nível II	976.998
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	3.493.473
RWA - Ativos ponderados pelo risco	24.188.025
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	22.170.730
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.703.984
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	<u>313.311</u>
Índice de Basileia	<u>14,44%</u>

O Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2025 é 14,44%, apresentando patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 5,59% em 31 de dezembro de 2025.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

22. Informações complementares

a) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

b) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 414, e no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 243.

c) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura total somava R\$ 84.113. O prêmio pago foi de R\$ 975.

d) Resultado recorrente e não recorrente

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado líquido	10.894	22.823
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários		
Lucro na alienação de imobilizado de uso	—	10.979
Resultado recorrente	10.894	11.844

23. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2026, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 239.851, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 1.896.385 dividido em 1.497.788.823 ações escriturais sem valor nominal, sendo 998.894.412 ordinárias e 498.894.411 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 03 de março de 2026.

Oferta Pública Inicial de Ações da Investida PicPay Netherlands B.V.

Em 20 de janeiro de 2026, a PicPay Netherlands B.V., posteriormente renomeada para PicS N.V., sociedade da qual o Banco Original S.A. é investidor, protocolou junto à Securities and Exchange Commission (SEC) o pedido de registro para a realização de oferta pública inicial de ações (IPO). Em 29 de janeiro de 2026, a referida investida concluiu sua oferta pública inicial de ações ordinárias Classe A, passando a ter suas ações admitidas à negociação na Nasdaq Global Select Market, sob o ticker "PICS", após a declaração de efetividade do registro pela SEC. De acordo com as informações públicas constantes no prospecto final arquivado na SEC, anteriormente à oferta o Banco Original S.A. detinha 10.139.388 ações ordinárias Classe A, correspondentes a aproximadamente 9,5% do capital social total da investida. Após a conclusão da oferta, considerando a emissão primária de ações, a participação do Banco Original S.A. passou a representar aproximadamente 7,82% do capital social total da companhia (sem exercício da opção de lote suplementar pelos coordenadores da oferta), mantendo o mesmo número de ações detidas. A oferta foi precificada a US\$ 19,00 por ação, o que implicou em um valor de mercado estimado para a participação do Banco Original S.A. de aproximadamente US\$ 192,6 milhões na data da conclusão do IPO, com base no número de ações detidas. A Administração avaliou esse evento subsequente de acordo com o CPC 24/IAS 10 - Eventos Subsequentes e concluiu que se trata de evento não ajustável, uma vez que não evidencia condições existentes na data-base de 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, não foram reconhecidos efeitos contábeis nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais impactos patrimoniais e financeiros decorrentes da abertura de capital da investida serão reconhecidos no período em que se tornarem mensuráveis de forma confiável, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Contador

Marcelo Rosas Betine

CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP